

**CÂMARA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS**  
**Estado de São Paulo**

**CONCURSOS PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2018**

**PROVA: CONTADOR**

**LÍNGUA PORTUGUESA - QUESTÕES 1 A 20**

1- Assinale a alternativa cuja crase encontra-se corretamente empregada:

- a) Avisei à moça o resultado do concurso.
- b) A um jogo cadenciado, prefiro às jogadas mais rápidas.
- c) Avisei à elas sobre a prova a realizar-se.
- d) Estudaremos às questões propostas, posteriormente.
- e) Prefiro pratos à moda da casa.

2- A pontuação encontra-se correta apenas em:

- a) Terminada a aula, os alunos retiraram-se.
- b) Ao ouvir, o hino todos se perfilaram.
- c) Veja por exemplo, a reação da turma.
- d) Ele porém, reagiu negativamente.
- e) O sol, que é uma estrela aquece a Terra.

3- No período “ Agarraram-no, para que fosse conduzido à casa.”, o pronome átono encontra-se, em relação ao verbo:

- a) enclítico
- b) proclítico
- c) mesoclítico
- d) as alternativas “a” e “b” estão corretas
- e) somente a alternativa “a” está incorreta

4- Observe:

“ O deputado estadual mais votado visitou a cidadezinha para agradecer os votos da população.”

A palavra “ estadual” constitui:

- a) substantivo
- b) advérbio
- c) preposição
- d) adjetivo
- e) conjunção

5- Em “ Tenho dois terços do terreno e meu irmão apenas um terço.”, os numerais são:

- a) ordinais
- b) cardinais
- c) fracionários
- d) multiplicativos
- e) N.D.A.

6- Temos em “ E se alguém fosse avisar a sua mulher do ocorrido?”, a ocorrência de um/ uma:

- a) locução pronominal indefinida;
- b) pronome interrogativo;
- c) pronome indefinido substantivo;
- d) pronome definido substantivo;
- e) pronome pessoal oblíquo átono.

7- Atente à acentuação das palavras:

magôo-

advém- ( 3ª p. sing. pres. ind.)

retêm- ( 3ª p. pl. pres. ind.)

Pode-se afirmar que:

- a) todas as palavras estão corretamente acentuadas;
- b) todas as palavras estão incorretamente acentuadas;
- c) apenas a 1ª palavra sofreu alteração quanto à acentuação;
- d) apenas as duas últimas palavras perderam o acento;
- e) apenas a 1ª palavra permanece acentuada, de acordo com as regras ortográficas em vigência, atualmente.

8- Quanto às palavras, "**pão-de-ló; super-homem; ex-diretor**", pode-se afirmar que:

- a) apenas a 1ª está corretamente grafada;
- b) apenas a 3ª está corretamente grafada;
- c) a 2ª palavra está incorretamente grafada;
- d) todas estão incorretamente grafadas;
- e) todas estão corretamente grafadas.

9- Em “ O contrarregra resolveu faltar ao ensaio justo naquele dia.” , pode-se afirmar que;

- a) a palavra composta encontra-se incorretamente grafada;
- b) a frase está sem sentido;
- c) a pontuação encontra-se inadequada.
- d) a frase encontra-se inadequada quanto à acentuação das palavras;
- e) o período encontra-se absolutamente correto.

10- No extrato do texto de Luiz Carlos Bresser Pereira, complete as lacunas com as palavras abaixo, observando coesão e coerência, e assinale a alternativa correspondente:

depositadas - papel - que - Estado - crescimento - perspectiva - como

“(...) A reforma do \_\_\_\_\_ é vista frequentemente \_\_\_\_\_ um processo de redução do tamanho do Estado, \_\_\_\_\_ envolve a delimitação de sua abrangência institucional e a redefinição de seu \_\_\_\_\_. Diante do seu \_\_\_\_\_ excessivo no século XX, das esperanças demasiadamente grandes que foram nele \_\_\_\_\_ pelos socialistas e das distorções de que o Estado afinal foi vítima, essa \_\_\_\_\_ é absolutamente correta. (...)”

As palavras que completam o texto são:

- a) perspectiva - que - como - Estados - depositadas - crescimento - papel
- b) crescimento - que - como - Estado - depositadas - perspectiva - papel
- c) Estado - como - que - papel - crescimento - depositadas - perspectiva
- d) papel - que - como - crescimento - depositadas - perspectiva - Estado
- e) papel - que - perspectiva - Estado - crescimento - com - depositadas

11- Observe a frase:

“Tenho de desatar sozinho este nó.”

A palavra “desatar” tem mesmo significado de:

- a) desconstruir
- b) destarte
- c) despertar
- d) desespero
- e) destra

12- Na frase “Ele era um completo palhaço.”, a última palavra contém, respectivamente, quantos fonemas e letras:

- a) 5 e 6
- b) 6 e 5
- c) 6 e 7
- d) 7 e 7
- e) 7 e 6

13- Observe o período: “A diplomacia brasileira poderia perfeitamente dispensar o “presente de grego” que acaba de ser entregue ao país, com a aceitação do visto dos refugiados.”

A expressão “presente de grego” pode ser entendida como:

- a) presente valioso
- b) presente indesejável
- c) presente clássico grego
- d) obra-prima
- e) presente pouco valioso

14- Pertencem ao mesmo campo léxico as palavras:

- a) caridade- humanidade- castidade
- b) antiga- moderna- arcaica
- c) via- correio- avenida
- d) gelado- rio- rua
- e) velho- recente- vento

15- Há correspondências de sentido entre os prefixos gregos e latinos nas palavras da alternativa:

- a) politeísta- povoado
- b) hipótese- diagnose
- c) antítese- objeção
- d) hemisfério- semicírculo
- e) hipocondria- subsolo

16- A palavra grega que corresponde à palavra latina “florilégio” é:

- a) zéfiro
- b) anfibologia
- c) alfabeto
- d) antologia
- e) filomela

17- Encontra-se escrita no tempo composto a frase expressa em:

- a) Na história da humanidade muitos se elevaram a grandes gênios.
- b) Desconhece-se quanto rendeu o leilão de gado cuja renda reverteu para o hospital.
- c) Ela ganharia mais dinheiro se fizesse os doces em casa.
- d) Em mais de um século a ciência pouco tinha avançado.
- e) Aqueles que se julgarem prejudicados que se manifestem.

18- Encontra-se na voz reflexiva o verbo de apenas um dos períodos abaixo. Assinale-o:

- a) Em suma, és um enigma cuja chave se perdeu.
- b) Ele dá-se a esses surtos com pouco êxito.
- c) Foi vendida uma casa mobiliada.
- d) O vento agitava as folhas das palmeiras.
- e) Ele é um completo idiota.

19- Os trechos desordenados abaixo constituem um texto. Numere-os nos parênteses e assinale a alternativa correspondente:( *José Castelo, texto adaptado*)

- ( ) Principalmente porque, com recursos parcos e uma formação basicamente literária, ele anteviu o mundo em que vivemos, no qual as palavras se

evaporam e se dispersam em redes virtuais, as ideias circulam em direções caóticas e a noção de sentido, quer dizer, de uma direção e de um futuro, se perde num presente em abismo.

( ) E ao qual, enfim, depois de um século de honestidade e de enclausuramento, o homem se veria dissolvido em uma grande colcha democrática, capaz de abrigar a todos, sem lugares fixos e sem destinos rígidos, um mundo, por fim, em que poderíamos compartilhar uma mesma experiência.

( ) Profeta da morte da imprensa e do fim de um mundo linear e geométrico, ele antecipou, já nos anos 50 e 60, a chegada de um novo mundo unificado, na forma de uma grande teia, e gerido por uma espécie de alma supra- pessoal.

( ) Nascido em 1911, em Edmonton, Canadá, Herbert Marshall McLuhan foi, afora erros e acertos de suas hipóteses, um pensador genial.

( ) Previa McLuhan que, nesse novo mundo unificado da mídia que estava a se afirmar, os homens se veriam imersos em uma grande malha global, um mundo devassado, sobreposto e instantâneo, no qual as ideias se dissolveriam e as diferenças se anulariam.

- a) (V) - (III) - (I) - (II) - (IV)
- b) (V) - (II) - (III) - (I) - (IV)
- c) (II) - (III) - (IV) - (I) - (V)
- d) (III) - (II) - (IV) - (V) - (I)
- e) (II) - (V) - (III) - (I) - (IV)

20- Observe a frase:

“ Ele usa sapato e gravata branca.”

A única concordância que não se pode aceitar nesta frase é:

- a) Ele usa sapato e gravata brancos.
- b) Ele usa sapato branco e gravata idem.
- c) Ele usa brancos o sapato e a gravata.
- d) Ele usa sapato e gravata brancas.
- e) Todas as alternativas apresentam erro de concordância.

## MATEMÁTICA - QUESTÕES 21 A 25

21- O valor de  $x$  que torna verdadeira a igualdade  $x + \frac{x-7}{2} = \frac{x}{3}$  é um número:

- a) inteiro e negativo
- b) inteiro e positivo
- c) par e múltiplo de 5
- d) primo e divisor de 16
- e) natural e divisor de 20

22- Quantos números pares de 3 algarismos distintos podemos formar com os algarismos 1, 3, 4, 5, 6, 7?

- a) 5
- b) 10
- c) 20
- d) 30
- e) 40

23- O quinto e o sétimo termos de uma PG (progressão geométrica) de razão positiva valem, respectivamente, 4 e 16. O sexto termo dessa PG é:

- a) 12
- b) 10
- c) 8
- d) 6
- e) 5

24- André pode contar na planificação de um prisma reto de base hexagonal:

- a) 2 hexágonos e 6 retângulos
- b) 6 hexágonos e 2 retângulos
- c) 1 hexágono e 4 retângulos
- d) 2 hexágonos e 4 retângulos
- e) 1 hexágono e 5 retângulos

25- A probabilidade de sair soma 7 no lançamento de dois dados é:

- a)  $\frac{1}{2}$
- b)  $\frac{7}{6}$
- c)  $\frac{7}{36}$
- d)  $\frac{1}{6}$
- e)  $\frac{2}{3}$

## INFORMÁTICA - QUESTÕES 26 A 30

26- CGA, EGA, VGA e SVGA são siglas que identificam adaptadores gráficos para :

- a) Vídeos
- b) Impressoras
- c) Modens
- d) Teclados
- e) Mensagem

27- Considere um computador com as Opções da Internet mostradas a seguir e assinale a opção correta.



- a) Ao se abrir o Internet Explorer nesse computador, a página inicial estará em branco.
- b) O número 10 ao lado do botão Limpar histórico corresponde ao número máximo de páginas no histórico.
- c) Para controlar o tipo de conteúdo da Internet que pode ser exibido no computador, deve-se clicar na guia Privacidade.
- d) Ao clicar no botão Limpar histórico, todos os arquivos de Internet temporários armazenados no computador são excluídos.
- e) O relógio mostrado no quadro "Histórico" indicará a hora local.

28- Considerando que você está editando um texto no MS Word, versão português, assinale a opção que indica o resultado correto para o comando mencionado:

- a) Ctrl+T faz a transferência do texto para um arquivo a ser especificado
- b) Alt+A exibe o menu de Ajuda
- c) Alt+E abre o menu de Exibir
- d) Ctrl+Z desfaz a última digitação
- e) Ctrl+ Alt Del copia e cola

29 – A tecla Num Lock serve para:

- a) Excluir um item
- b) Inserir um item
- c) Alterar dados de um gráfico
- d) Abrir o teclado auxiliar para números
- e) Dar pausa no trabalho

30- Atualmente é possível o acesso de um computador a outro de forma remota. Para tanto se faz necessário:

- a) Linha telefônica e Rádio
- b) Conexão de Internet ou de rede
- c) Apenas conexão de internet
- d) Apenas rede
- e) Programas específicos e técnica

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - QUESTÕES 31 A 60**

31- COMPLETE: A Lei Federal nº 12.527/2011, que trata do Acesso a Informação dispõe em seu artigo 8º, parágrafo 2º, que os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), as ações da administração, para que o cidadão tenha acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Entretanto, o parágrafo 4º afirma que os Municípios com população de até \_\_\_\_\_ habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a) 3.000 (três mil)
- b) 5.000 (cinco mil)
- c) 10.000 (dez mil)
- d) 15.000 (quinze mil)
- e) 20.000 (vinte mil)



32- De acordo com a Lei de Acesso a Informação, conforme disposto no artigo 24, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, vigoram a partir da data de sua produção. No casos das informações ultrassecretas o prazo máximo é de:

- a) 15 (quinze) anos;
- b) 20 (vinte) anos;
- c) 25 (vinte e cinco) anos;
- d) 30 (trinta) anos;
- e) 35 (trinta e cinco) anos;

33- Conforme disposto no artigo 27 da Lei de Acesso a Informação, a classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal, no grau de ultrassecreto, é de competência das seguintes autoridades, EXCETO:

- a) Presidente da República e Vice-Presidente da República;
- b) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;
- c) Presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal;
- d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;
- e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior.

#### 34- COMPLETE

Conforme disposto no artigo 31 da Lei de Acesso a Informação, o tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e \_\_\_\_\_, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

- a) pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção
- b) pelo prazo máximo de 90 (noventa) anos a contar da sua data de produção
- c) pelo prazo máximo de 60 (sessenta) anos a contar da sua data de produção
- d) pelo prazo máximo de 50 (cinquenta) anos a contar da sua data de produção
- e) pelo prazo máximo de 40 (quarenta) anos a contar da sua data de produção

35 A- Sobre o disposto no artigo 16 da Lei de Acesso a Informação, assinale a alternativa FALSA:

Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:

- a) a autoridade não justificar a decisão que denega o pedido;
- b) o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;
- c) a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;
- d) os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e
- e) estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

36- Recurso material, em sentido estrito, é todo o bem físico (tangível) empregado em uma organização que detém natureza não permanente. Em geral, são materiais que são consumidos ao longo do tempo, constituem-se, usualmente, bens de estoque. Apesar de ser esta uma classificação contábil, o conceito de recurso material, em sentido estrito, aproxima-se sobremaneira do inerente a material de consumo. As atividades inerentes à gestão de materiais podem ser agrupadas em Gestão de Centros de Distribuição, Gestão de Estoques, Gestão de Compras e Gestão de Recursos Patrimoniais.

Identifique, nesta alternativa, qual é a Gestão de Estoque:

- a) Recebimento, armazenagem, distribuição, movimentação de materiais etc.
- b) Identificação de fornecedores, pesquisa de preços, negociação com o mercado, licitações, compras diretas (dispensa e inexigibilidade de licitação) acompanhamento de pedidos, liquidação, etc.
- c) Tombamento, desfazimento (alienação), guarda e conservação, inventário de bens patrimoniais, cálculo de depreciação, baixa, etc.
- d) Análise dos custos de material disponível, previsão de consumo, operacionalização dos sistemas de reposição, inventários dos materiais, apuração de indicadores (giro e cobertura, entre outros), etc.
- e) Escrituração e pesquisa de preços.

37- Os materiais de consumo se enquadram em materiais com Durabilidade, com Fragilidade, com Perecibilidade, de Incorporabilidade e Transformabilidade, sendo esse último aquele adquirido para fim de transformação. Alguns materiais de consumo são perecíveis, conforme acima mencionado. Assim sendo, é importante o controle de estoque para evitar desperdício que irá acarretar prejuízo por má gestão. Isto posto, identifique a alternativa que descreve a Perecibilidade:

- a) Material que, pelo uso normal, perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos.

- b) Material cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e/ou perda de sua identidade.
- c) Material sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso em determinado tempo.
- d) Material destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal.
- e) Material cuja estrutura é fraca e com possibilidade de deteriorar no armazenamento.

38- O processo de inclusão (entrada) de um bem permanente no sistema de controle patrimonial e, em alguns casos, no seu balanço contábil, de modo que esse bem passe a constar no acervo da instituição e igualmente no balanço patrimonial é chamado de:

- a) tombamento
- b) alheamento
- c) adjudicação
- d) homologação
- e) alienação

39- Todo administrador público tem o dever de fazer uma boa gestão. É o que reza a norma e o que se espera do governante. O representante deve trazer as melhores saídas, sob a legalidade da lei, bem como mais efetiva. Com esse princípio, o administrador obtém a resposta do interesse público e o Estado possui maior eficácia na elaboração de suas ações. Sobre os Princípios da Administração pública, essa afirmação refere-se à:

- a) Governabilidade
- b) Gestão
- c) Decisão
- d) Eficiência
- e) Impessoalidade

40- Assinale "V" para Verdadeiro e "F" para Falso.

( ) I- O contrato administrativo permite que a Administração, ou até mesmo qualquer interessado estranho a ela, acompanhe a execução do contrato, sendo essa um dever da Administração mesmo que não venha expresso como cláusula contratual.

( ) II- A aplicação de penalidades contratuais está prevista na lei 8.666/93 (lei de licitações), tendo esta profunda ligação com o controle contratual, pois após a sua fiscalização e observância de alguma irregularidade, terá a Administração o dever de aplicar a penalidade cabível ao caso.

( ) III- O dever de aplicação de penalidade tem fundamento no princípio da autoexecutoriedade dos atos administrativos. Tais penalidades, mesmo que não estejam expressas no contrato reserva-se na obrigatoriedade de aplicação

destas. Essas penalidades estão previstas nos artigos 86 a 88 da lei 8.666/93, que são: advertências e multas, rescisão unilateral do contrato, suspensão provisória e a declaração de idoneidade para licitar e contratar com Administração Pública.

( ) IV- Percebe-se que o contrato administrativo tem como fundamento basilar o princípio do interesse público ou supremacia do interesse público, daí resultando prerrogativas que somente são permitidas em contratos firmados entre a Administração Pública e pessoa física ou jurídica de direito privado.

( ) V- A Administração Pública não tem prerrogativas que deixam-na em condição de superioridade com relação ao particular; afinal, a Administração Pública está lidando com bem de uso comum e de interesse de todos podendo ficar em igualdade de condições com o particular, como acontece no direito privado.

- a) Somente a V é Falsa
- b) Todas são Falsas
- c) Todas São Verdadeiras
- d) Somente a III é Falsa
- e) Somente a III é Verdadeira

41- A possibilidade de a administração poder, de modo unilateral, extinguir o contrato administrativo é, indiscutivelmente, poder exorbitante que, no entanto, deverá ser utilizado dentro das hipóteses autorizadas em lei. Enquadram-se nessa primeira modalidade de rescisão unilateral, dentre outras, as seguintes hipóteses, **EXCETO**:

- a) o atraso no início da execução do contrato;
- b) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- d) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- e) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

42- Conforme prescrito no artigo 7º do Código de Ética, o Contabilista:

- a) poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a um auxiliar com ou sem anuência do cliente;
- b) poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro Contabilista sem a anuência do cliente;
- c) poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro Contabilista com a anuência do cliente, preferencialmente, por escrito;
- d) não poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro Contabilista.

e) poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, desde que assuma a responsabilidade pelo trabalho.

43-As determinações da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para a dívida e o endividamento públicos, são aplicadas isoladamente a cada ente da Federação, isto é, à União, a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município, considerados, em cada um deles o conceito de ente, isto é, os órgãos de todos os Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive Ministério Público e Tribunais de Contas - e as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. Essa abrangência deve ser respeitada também na determinação de limites e regras para a dívida e o endividamento. De maneira geral, no setor público, operação de crédito se caracteriza pelo levantamento de empréstimo pelas entidades da administração pública, com o objetivo de financiar suas ações, podendo ser interna ou externa. Ao realizar uma operação de crédito, ou seja, ao pedir emprestado, a entidade aumenta o seu endividamento. Ao amortizar uma dívida a entidade diminui o seu estoque de dívida. Normalmente existem cobranças de juros incidentes sobre o principal da dívida, que, por sua vez, se incorpora ao estoque da dívida aumentando seu montante. O fato do juro se incorporar ao montante da dívida não o caracteriza como operação de crédito. Portanto, dívida, amortização, operações de crédito e juros são conceitos que não se confundem. Importante então enfatizar que operação de crédito é um conceito de fluxo e dívida é um conceito de estoque, portanto, o fluxo de operações de crédito alimenta o estoque de dívida.

Para avançar no entendimento do texto é importante conhecer algumas definições trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal em relação à dívida e endividamento, bem como outras que se relacionam com os controles de dívida. Nesse sentido assinale a alternativa **FALSA**:

a) A Constituição Federal de 1988 adota uma visão realista diante do déficit orçamentário. Nas classificações orçamentárias brasileiras, é possível verificar que o déficit pode aparecer embutido nas contas públicas por meio das contas denominadas Operações de Crédito. Essas operações acabam se transformando em operações de longo prazo com a colocação de títulos e obrigações emitidos pelos tesouros das três esferas de governo.

b) Operações de crédito correspondem a compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

c) Para entender a chamada Regra de Ouro constitucional (sistema de controle para não gastar mais do que arrecada) é importante conhecer o conceito de Despesas de Capital que são aquelas despesas orçamentárias efetuadas pela Administração Pública com a intenção de adquirir ou constituir bens de capital

(máquinas, veículos, equipamentos, imóveis, entre outros) que enriquecerão o patrimônio público ou serão capazes de gerar novos bens e serviços.

d) As despesas referentes a amortizações de dívidas não se classificam como Despesas de Capital.

e) De acordo com o classificador orçamentário as despesas de capital, Investimentos são despesas relativas ao planejamento e à execução de obras públicas, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e a constituição ou aumento do capital social de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

44- A respeito da execução orçamentária, de acordo com o artigo 167 da Constituição Federal, assinale a alternativa **FALSA**:

(CF 88 ) Art. 167 - São vedados:

- a) o início de programas ou projetos incluídos na lei orçamentária anual;
- b) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- c) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
- d) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
- e) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

45- A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

- a) se houver autorização prévia do Poder Legislativo, mediante lei específica que autorize, caso não constar dotações orçamentárias no PPA.
- b) se houver autorização prévia do Poder Legislativo, mediante lei específica que autorize, caso não constar dotações orçamentárias na LDO.
- c) se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; e se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) quando o gestor demonstrar a necessidade, independente de dotação orçamentária, desde que demonstre margens para as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

e) quando o gestor demonstrar a necessidade, desde que tenha recursos financeiros.

46- A LRF (L.C 101/2000) estabelece a frequência para a aferição e acompanhamento do cumprimento dos limites máximos globais para as despesas de pessoal ativo e inativo de todos os Poderes e entes federativos, tal como previsto nos seus artigos 19 e 20. Assim, a referida verificação, a cargo dos Tribunais de Contas, juntamente com o sistema de controle interno de cada Poder (art. 59, inciso III; § 1º, inciso II e § 2º, LRF), se realizará, levando em consideração o disposto no artigo 18, § 2º, o qual estabelece que a despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Conforme previsto no artigo 22, a verificação do cumprimento dos limites estabelecidos será realizada:

- a) ao final de cada mês.
- b) ao final de cada bimestre.
- c) ao final de cada trimestre.
- d) ao final de cada quadrimestre.
- e) ao final de cada semestre.

47- A crise financeira que vem assolando inúmeros entes da federação brasileira – desde a União, até inúmeros Estados e diversos Municípios – tem trazido ao debate uma antiga e importante questão: a desmedida elevação dos gastos públicos com despesas de pessoal. Dados recentes publicados pelo Tesouro Nacional apontam, em relação aos 26 estados e DF, para um crescimento médio destas despesas da ordem de quase 40% no último ano. Tal preocupação não é nenhuma novidade e foi um dos principais focos de atenção da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) desde a sua edição, ao regulamentar a previsão constante no artigo 169 da Constituição Federal, que dispõe: “a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”. A propósito do que a LRF impõe de limite para os gastos com pessoal, na esfera municipal, assinale a alterna **VERDADEIRA**:

- a) 8% (seis por cento) para o Legislativo.
- b) 10% (dez por cento) para o Legislativo.
- c) 50% (cinquenta) para Legislativo e Executivo.
- d) 50% (cinquenta por cento) para o Executivo.
- e) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

#### 48-COMPLETE

Como se pode perceber, as despesas de pessoal são consideradas pela LRF como um dos aspectos mais relevantes dos gastos estatais, disciplinando o

tema com detalhamento e rigor, definindo e impondo limites para esses gastos às três esferas federativas, de forma a evitar o comprometimento de grande parte, ou mesmo toda a receita de órgão ou ente público, em sacrifício dos recursos destinados a direitos fundamentais ou sociais, investimentos ou a implantação de políticas públicas. Avançado e salutar mecanismo fiscal, o limite prudencial para os gastos com pessoal não pode ser olvidado pela Administração Pública e nem pelos respectivos órgãos de controle. Assim a lei é salutar para as finanças públicas, inclusive veda práticas que outrora era comum, quando afirma que é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos \_\_\_\_\_ anteriores ao final do mandato do titular do respectivo poder ou órgão.

- a) 90 dias
- b) 120 dias
- c) 160 dias
- d) 180 dias
- e) 210 dias

49- Faça uma análise nas afirmativas para responder essa questão:

I - O ato da liquidação da despesa tem a finalidade de “identificar a origem da obrigação, o objeto da despesa que se vai pagar, o valor total líquido e certo a ser pago e a pessoa a quem se deve pagar para que a obrigação se extinga regularmente.

II- O empenho da despesa, conforme o artigo 58 da Lei nº 4.320/64, “é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”.

III- A propósito do que estabelece o artigo 64 da Lei nº 4.320/64, a ordem de pagamento “é o despacho exarado pelo Tesoureiro competente, determinando que a despesa seja paga” sendo que ela só poderá ser consignada em documentos processados pelos serviços de tesouraria.

- a) Somente I é verdadeira.
- b) Somente I é falsa
- c) Todas são verdadeiras
- d) Todas são falsas
- e) Somente III é falsa

50- A Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, em seu artigo 101 assegura que os resultados do exercício serão apresentados nos seguintes demonstrativos, EXCETO:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.



51- A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Sobre o Balanço Patrimonial, assinale a primeira coluna de acordo com a segunda para responder essa questão:

I- Ativo Financeiro	( ) compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
II- Ativo Permanente	( ) compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
III- Passivo Financeiro	( ) compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários
IV- Passivo Permanente	( ) compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independente de autorização orçamentária.

Em qual ordem ficou a segunda coluna, de cima para baixo?

- a) II - IV - I - III
- b) II - I - VI - III
- c) III - IV - I - II
- d) IV - III - I - II
- e) III - I - IV - II

52- COMPLETE:

O \_\_\_\_\_ é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

- a) empenho prévio
- b) valor de baixa monta
- c) regime de adiantamento
- d) sistema de custeio
- e) subsídio para manutenção

53- A Lei Federal nº 4.320/1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, prescreve no artigo 59 que o empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos. Como norma de controle o parágrafo 1º, afirma que é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito:

- a) mais do que despendeu no mês de dezembro do exercício anterior.
- b) mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.
- c) mais do que a média no mês anterior.

- d) mais do que um décimo da despesa prevista no orçamento vigente.
- e) mais do que 15% da despesa prevista no orçamento vigente.

54- De acordo com a Emenda Constitucional nº 58, assinale a alternativa **FALSA**.

Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

- a) 17 (dezesete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes;
- b) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes;
- c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- d) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes;
- e) 7 (sete) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.

55- De acordo com a Emenda Constitucional nº 30, que alterou o artigo 100 da Constituição, é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais. Para fins de inclusão na Lei Orçamentária, o precatório deverá ser:

- a) apresentado até 1º de junho, para fazer constar no Orçamento do exercício seguinte, e ser pago com seu valor atualizado monetariamente, até o fim do exercício;
- b) apresentado até 31 de julho, para fazer constar no Orçamento do exercício seguinte, e ser pago com seu valor atualizado monetariamente, até o fim do exercício;
- c) apresentado até 1º de julho, para fazer constar no Orçamento do exercício seguinte, e ser pago com seu valor atualizado monetariamente, até o fim do exercício;
- d) apresentado até 1º de agosto, para fazer constar no Orçamento do exercício seguinte, e ser pago com seu valor atualizado monetariamente, até o fim do exercício;
- e) apresentado até 1º de setembro, para fazer constar no Orçamento do exercício seguinte, e ser pago com seu valor atualizado monetariamente, até o fim do exercício.

56- Conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas. Será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como

das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado. Conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Ante as disposições desta lei, assinale a alternativa **FALSA**:

- a) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- b) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- c) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
- d) A lei orçamentária consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual.
- e) É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

57- A conduta do Contabilista deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço e solidariedade, em consonância com os postulados de harmonia da classe. O espírito de solidariedade, mesmo na condição de empregado, não induz nem justifica a participação ou conivência com erro ou com atos infringentes de normas técnicas ou legais que regem o exercício da profissão.

De acordo com o artigo 12 do Código de Ética , a transgressão de preceito constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades, EXCETO:

- a) Advertência Pública
- b) Advertência Reservada;
- c) Censura Reservada;
- d) Censura Pública;
- e) nenhuma das alternativas.

58- Para responder esta questão, a partir das disposições que constam no artigo 6º da Lei nº 8.666/93, enumere a segunda coluna de acordo com a primeira:

I - Serviço	( ) Transferência de domínio de bens a terceiros.
II - Compra	( ) O que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitações e contratos.
III - Alienação	( ) Aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.

IV - Seguro-Garantia	( ) Atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração.
----------------------	--

De cima para baixo, em que ordem ficou a segunda coluna?

- a) IV - II - III - I
- b) III - IV - II - I
- c) III - IV - I - II
- d) II - IV - III - I
- e) IV - II - I - III

59- O Balanço Orçamentário, definido na Lei nº 4.320, de 31 de março de 1964, demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas . Esse balanço também está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Segundo a LRF, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas, detalhadas por categoria econômica, subcategoria econômica e fonte (destacando as receitas intra-orçamentárias), especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no período atual e o saldo a realizar, bem como as despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa (destacando as despesas intra-orçamentárias), discriminando a dotação inicial, os créditos adicionais, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas no período atual e até o momento, e o saldo a liquidar. Assim sendo, por meio do RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária, será demonstrada a execução ao longo do exercício financeiro. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO é exigido pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. A União já o divulga, há vários anos, mensalmente. O objetivo dessa periodicidade é permitir que, cada vez mais, a sociedade, por meio dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária do Governo Federal. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que se refere às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece as normas para elaboração e publicação do RREO. O RREO e seus demonstrativos abrangerão os órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta, de todos os Poderes, constituídos pelas autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas e sociedades de economia mista que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. O RREO será elaborado e publicado pelo Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O RREO deverá ser assinado pelo Chefe do Poder Executivo que estiver no exercício do mandato na data da publicação do relatório, ou por pessoa a quem ele tenha legalmente delegado essa competência, qualquer dos dois deve fazê-lo em conjunto com o profissional de contabilidade responsável pela elaboração do relatório.

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO é exigido pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que estabelece em seu artigo 165, parágrafo 3º, que o Poder Executivo o publicaráo RREO- Relatório Resumido da Execução Orçamentária:

- a) mensalmente, até o último dia do mês subsequente.
- b) até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
- c) no final de cada trimestre.
- d) a cada quadrimestre.
- e) até trinta dias após o encerramento de cada semestre.

60- A função controle patrimonial engloba as atividades de recepção, registro, controle, utilização, guarda, conservação, e desfazimento dos bens permanentes da Instituição, no que diz respeito aos bens móveis. Assim, é de suma importância o controle patrimonial nas instituições, tanto públicas quanto privadas, para uma boa gestão. A Lei n.º 4.320, artigo 15, § 2º, de 17 de março de 1964, define como material permanente aquele com duração:

- a) superior a um ano
- b) superior a dois anos
- c) superior a três anos
- d) superior a quatro anos
- e) superior a cinco anos